

## Temos Novo Governo

### ARTIGO OPINIÃO

Por José Rente

Tomou posse o novo governo liderado por Passos Coelho.

A avaliar pela sua constituição, e pela prática já evidenciada, trata-se do governo mais liberal desde o 25 de Abril.

Embora desejando o seu êxito, já que tal significará o êxito do país para sair da grave crise em que se encontra, creio que as políticas liberais não contribuirão para o reforço dos valores de solidariedade, de que o País neste momento tanto precisa.

A saída da crise, que é também uma crise de valores e de referências, não se pode fazer sem políticas sociais acertadas, que tornem o País mais solidário e mais justo, de forma a responder aos crescentes apelos da sociedade nesse sentido, e também do Presidente da Republica.

Querem os pretensos liberais convencer-nos que a competitividade do País está ligada ao peso do Estado ou ao sistema de protecção social.

Tal não é forçosamente verdade.

Se as evoluções mais recentes podem deixar essa impressão, tal deve-se ao facto de que os objectivos de curto prazo, objectivos meramente económicos, foram privilegiados em relação aos horizontes forçosamente mais longos das sociedades.

Assiste-se hoje por toda a Europa, a uma relação entre a dimensão política e a dimensão económica, em que se privilegia a dimensão económica, com prejuízo para a qualidade da democracia.

Frequentemente, se houve a afirmação de que não são já os governos nacionais que decidem, perante a actual conjuntura, limitando-se à concretização de objectivos de curto prazo, ditados por Bruxelas.

Após uma crise financeira, arriscamo-nos a ter uma crise social e, ao fim e ao cabo, uma crise do sistema, com prejuízo eventual para a democracia.

Para sair desta crise, não basta haver uma Europa económica, torna-se necessário haver políticas concertadas e sobretudo de maior solidariedade entre os Países.

Quando as exigências económicas de curto prazo se tornam exorbitantes, o mais provável é que aconteça a degradação das condições sociais. E tal degradação social levará às manifestações de rua, como já acontece com maior expressão no actual momento na Grécia e em Espanha.

É pois importante o desenvolvimento de políticas sociais, de forma a que deste jogo de subordinação do poder político ao poder económico, não resulte um jogo de ganhadores/perdedores, em que alguns, poucos, ganham muito e outros, a maioria, perde.

Os ganhadores dirão então:

Lamentamos a vossa sorte, mas as regras do mercado global são impiedosas e é necessários que nos adaptemos a elas, pois são inevitáveis.

Pois bem, tal inevitabilidade não existe forçosamente.

Com a tomada de posse deste governo, receamos que, com demasiados ministros académicos, teóricos e liberais, se não tenha a percepção de que se torna urgente adoptar medidas menos doutrinárias e mais pragmáticas, onde a componente social não pode ser esquecida.

Quando colocamos os nossos objectivos num horizonte mais longínquo, a resposta para esta crise, que é também uma crise de valores e de referências, só pode ser encontrada em políticas com forte componente social.

As sociedades mais solidárias não são, longe disso, as de pior desempenho económico.

Com a redução não criteriosa do Estado e do sistema de protecção social, os ganhadores, porque sabem que os dados do destino rolaram a seu favor, já não estarão mais interessados em participar no sistema de protecção social, nem no financiamento da despesa pública, divorciando-se de uma obrigação de solidariedade, que deveria ser de todos.

Não é pois impossível imaginar que tarde de mais, todos venham a compreender o que se ganharia se entrássemos num jogo mais cooperativo.

Pese embora a necessidade de respeitar os compromissos assumidos perante a Troika, não se desejam políticas tão restritivas que vão além disso e que não apresentam soluções mitigadoras do esforço exigido aos mais desfavorecidos.

Se é verdade que devemos convergir para os objectivos acordados, tal não pode ser feito segundo uma óptica estritamente economicista, sem atender aos valores sociais, aos valores da democracia.

O sinal dado com o alargamento dos prazos para pagamento das dívidas soberanas, é um sinal positivo, mas ainda insuficiente. Precisa-se urgentemente de um reforço da solidariedade entre Países.

Torna-se urgente inverter a subordinação política á dimensão económica, o que representa um forte constrangimento imposto à pratica da democracia e conduz a uma inversão da hierarquia normal de valores: primeiro a eficácia dos mercados e só depois, a título residual, a democracia.

Por esta via, e tomando como exemplo o que se passa na Grécia, as desigualdades e a conflitualidade tenderão a aumentar e o problema económico, em vez de se resolver, tenderá a agudizar-se.

Temos em Portugal um governo social-democrata liberal.

Estaremos naturalmente desejosos que tenha um bom desempenho.

Para que possa ter êxito, torna-se necessário que compreenda que rapidamente tem que dar sinais claros no campo social, com prioridade para as medidas que permitam a inversão crescente do desemprego.

Estaremos naturalmente expectantes.

Aguardemos, atentos.

**Granja do Ulmeiro, 05 Agosto de 2011**

**José Rente**